Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Fulanizar, só depois

Sempre que trabalhava acordos em situações difíceis, o então vice-presidente Marco Maciel, do antigo PFL, primeiro tratava do problema em si, sem levar em conta os nomes. Depois, quando estava tudo mais ou menos acertado, buscava-se a pessoa com o perfil mais adequado. O mesmo se dará, agora, no caso da candidatura presidencial para concorrer com Lula.

Fulanizando...

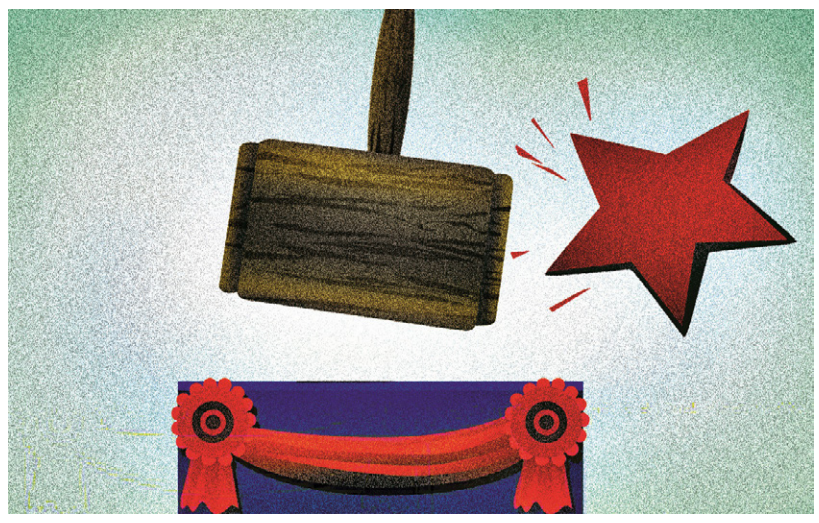
Estão no páreo, pelo bolsonarismo, os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), o de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) e a senadora Tereza Cristina (PP-MS). Mais ao centro, os governadores de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), o do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), e o do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite — se sair do PSDB e seguir para o PSD.

Doeu nos votos

Um argumento que pesará fortemente para a abertura da CPI do INSS — e será usado pelos líderes da oposição — é o fato de o estado da Paraíba liderar o ranking do número de aposentados que sofreram descontos em seus benefícios, conforme reportagem do G1. A Paraíba é a terra de Hugo Motta (Republicanos), presidente da Câmara. E os deputados de lá estão pedindo uma resposta para dar aos eleitores.

O que interessa à direita

Em suas reuniões mais reservadas, o PL definiu seu objetivo central para 2026: tirar a esquerda do poder e garantir maioria no Senado. No caso do Senado, o ex-presidente Jair Bolsonaro indicará um nome em cada unidade da Federação, uma vez que são duas vagas em disputa nos estados e no Distrito Federal.



Porém, para a Presidência da República, só a indicação dele não adiantará. A avaliação é que será preciso ter uma candidatura forte, na ala conversadora, e outra, mais ao centro, que possa, num segundo turno, ser apoiada ou apoiar um nome contra o PT de Luiz Inácio Lula da Silva. Tal como Simone Tebet (MDB) apoiou o presidente, no segundo turno de 2022 — fazendo a diferença em favor do petista —, os conservadores acreditam que podem repetir esse feito contra a esquerda. Quem serão esses candidatos, as pesquisas dirão.

A ideia é manter uma boa parceria agora e, lá na frente, falar em nomes. E foi justamente com esse espírito de união conservadora que o PL compareceu em peso — inclusive o presidente Valdemar Costa Neto — à concretização da federação União Progressista, do PP com o União Brasil.

Por falar em CPI...

O escândalo do INSS suplantou a briga pela anistia dentro dos partidos aliados do governo. Esse é o foco daqui para frente, com muito barulho no plenário. A CPI do "roubo dos aposentados" é considerada a maior chance de bater em Lula neste ano pré-eleitoral. Anistia não afeta o governo eleitoralmente.

... nem todas saem

No Senado, o escândalo dos descontos não autorizados nas aposentadorias de milhares de brasileiros serviu para jogar na penumbra o pedido de CPI do Banco Master, apresentado pelo senador Izalci Lucas (PL-DF). Está uma corrida para a retirada de assinaturas.

Ponto sensível

A Associação Brasileira de Bancos Comerciais alerta para o risco de falta de oferta de crédito consignado. De acordo com a ABBC, o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) não pautou o tema de revisão do teto de juros da linha de crédito, na reunião desta semana. A associação ressalta que essa demora na mudança da taxa de juros resultou em "forte queda nas concessões líquidas do INSS em todo o segundo Semestre de 2024, reduzindo-se de R$ 12,3 bilhões, em julho de 2024, para R$ 7,7 bilhões em dezembro".

CURTIDAS

De saída/ Selado o casamento entre PP e União Brasil, o deputado Kim Kataguiri (União Brasil-SP) avalia mudança de partido. Ainda não definiu para onde ir. Sairá na próxima janela para o Novo, o PSD ou o MDB.

Por falar em casamento.../ Se tem um estado onde está difícil PP e União Brasil se entenderem é a Paraíba. O líder do União no Senado, Efraim Filho, é pré-candidato ao governo estadual. Porém, o vice-governador Lucas Ribeiro, do PP, filho da senadora Daniela Ribeiro, é considerado o candidato natural da federação.

Eduarda Esposito/CB/D.A Press

"Quintou" na quarta/ Em plena quarta-feira, considerado o dia mais movimentado do Congresso, a maioria dos deputados saiu bem mais cedo do que de costume. Na parte da tarde, só o deputado Diego Garcia (Republicanos-PR) passeava pelo salão verde com o filho Pedro, de oito anos, que aproveita o feriado para acompanhar o pai no trabalho **(foto)**.

Dia do Trabalho/ Com Lula distante das festas das centrais sindicais, em São Paulo, os eventos tendem a ficar ainda menos atraentes ao público. Há a avaliação no PT de que o sindicalismo escuta mais a massa daqueles que preferem o empreendedorismo à carteira assinada ou tende a perder a influência. Bom feriado a todos.

INVESTIGAÇÃO NO INSS

Processo envolvendo fraudes em aposentadorias é retirado de pauta após discussão e falta de entendimento entre ministros

Troca de farpas no TCU

» MAIARA MARINHO

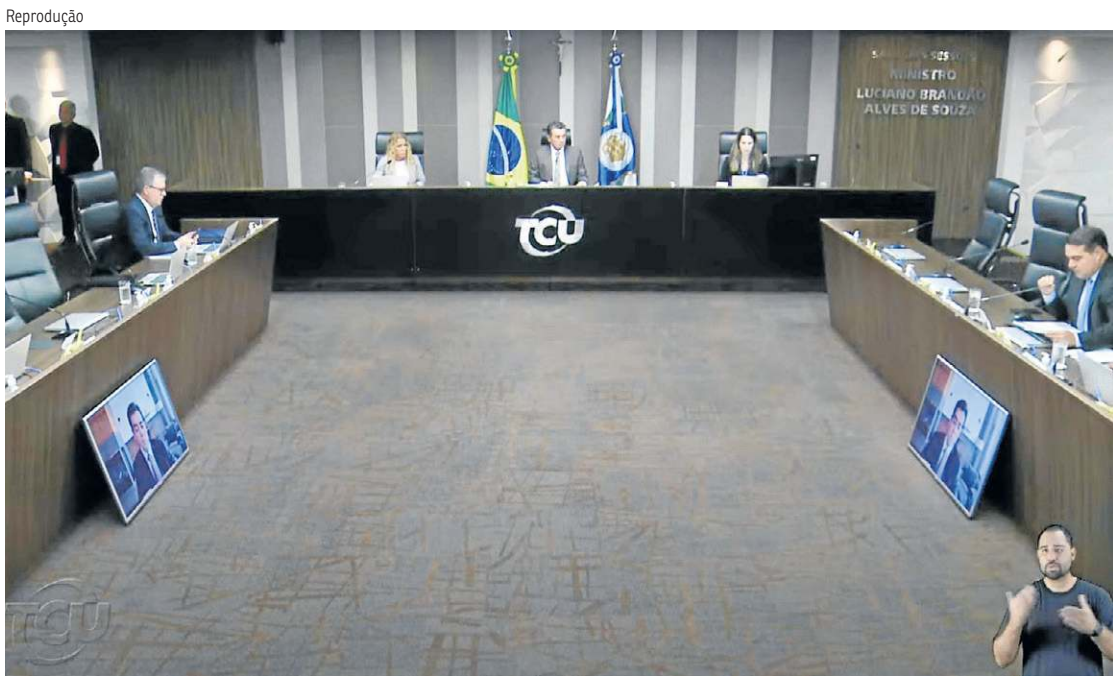
Ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) protagonizaram uma troca de farpas, ontem, durante análise de processo que trata de recursos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e associações no âmbito de acórdão de junho de 2024 com diversas determinações para evitar fraudes em descontos para aposentados e pensionistas.

Na época, a fiscalização do TCU já apontava que nem todos os descontos foram autorizados pelos aposentados. Uma das medidas, por exemplo, foi a determinação para que os novos descontos de associações só pudessem ser feitos com assinatura eletrônica avançada e biometria, ou se houvesse confirmação da existência dos documentos exigidos pela norma vigente.

Porém, os ministros Walton Alencar Rodrigues e Bruno Dantas explicaram que, pela dinâmica processual, o monitoramento das determinações feitas pelo TCU acabou sendo impedido.

A discussão aconteceu após as críticas feitas ao ministro Aroldo Cedraz, relator do processo, por Alencar e Dantas. "O problema, senhores ministros, é que o acórdão do Tribunal de Contas da União é de junho de 2024, ou seja, quase um ano atrás, e agravo, todos sabemos, não tem efeito suspensivo. Houve três agravos e dois embargos de declaração", comentou Alencar.

Reprodução



Audiência no TCU: pela sexta vez, o processo foi retirado de pauta e só deve ser retomado em 15 dias

Ele destacou ainda que o processo não voltou à unidade técnica para monitoramento. "Ou seja, o TCU não tinha como avaliar se a cautelar que foi deferida (ao INSS) estava sendo cumprida ou não. E, nesse passo, os aposentados continuaram a ter todos os descontos efetuados."

Alencar lembrou que o julgamento estava acontecendo pela sexta vez. "Ele foi retirado da pauta nas cinco vezes anteriores e não foi julgado".

O ministro Bruno Dantas reforçou as críticas. "Eu admito que estou muito frustrado com esse caso, porque nós tomamos conhecimento desse escândalo em 2023, adotamos uma medida cautelar em 2024 e estamos em maio de 2025 e não sabemos por que não há um monitoramento feito pelo tribunal", frisou. Segundo ele, "é muito triste, tendo em vista um caso dessa proporção, com esse volume de recursos que estão sendo desviados da conta de aposentados".

Durante a leitura do voto, o ministro recordou que o processo tem andamento apenas quando há o despacho pelo relator. "Porém, se o relator nada decide, o processo fica paralisado, é preciso que as providências que foram determinadas numa cautelar sejam cumpridas."

Cedraz, então, interrompeu a audiência para se defender das acusações. "O que suas Excelências estão propondo é o que consta da minha proposta", disse. "Hoje temos ainda um tribunal não totalmente digital, mas, pelo menos, com a parte eletrônica que já foi implantada, os processos continuam em pleno funcionamento."

Alencar e Dantas votaram pela recusa integral dos recursos apresentados pelo INSS e a imediata baixa dos autos do processo para que o TCU cumpra integralmente as deliberações que são de atribuição do órgão.

Após sugestão do ministro Jhonatan de Jesus, Cedraz suspendeu o julgamento por mais 15 dias. (**Com Agência Estado**)

Entenda o caso

Pedidos de fiscalização

Em 2023, o Congresso Nacional entrou com um pedido de fiscalização no TCU para que realizasse auditoria em descontos feitos na folha de pagamento de beneficiários do INSS. A auditoria analisou R$ 91 milhões em descontos de empréstimos e mensalidades de associações e identificou que nem todos os descontos foram autorizados pelos beneficiários. Além desse processo, o TCU deverá analisar pedido feito pelo Ministério Público para acompanhar o plano de restituição dos valores descontados irregularmente.

CPI é protocolada e entra na fila de pedidos na Câmara

» ISRAEL MEDEIROS
» WAL LIMA

O pedido para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Câmara, destinada a investigar as fraudes no INSS, foi protocolado pela oposição, ontem, com 185 assinaturas. Há, no entanto, outras 12 solicitações de instalação de CPIs sobre diversos assuntos. Todas aguardam uma decisão do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB). O assunto foi tratado na reunião de líderes nesta quarta-feira.

Líderes ouvidos pelo **Correio** disseram que Motta ainda não decidiu o que fará com relação ao pedido da comissão para investigar o INSS, liderado pelo deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO). Quando o assunto é CPI, o timing é essencial para que os envolvidos consigam colher frutos políticos, mesmo que haja apoio suficiente dos deputados.

Na saída da reunião, o líder do PL, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), disse que Motta assegurou que vai decidir sobre a cronologia das CPIs depois dos ritos de instalação das comissões especiais na Casa, que devem ocorrer nos próximos dias e são prioridade da presidência da Câmara. Entre elas, está a que vai discutir a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil.

"O presidente deu a justificativa de que já tem 12, e essa seria a 13ª CPI na Casa. Ele vai deliberar, depois dessas comissões especiais todas que ele está criando, sobre o que fazer com essa cronologia de CPIs. Mas a CPI dos aposentados é algo urgente, é inadmissível o que está acontecendo com os aposentados do Brasil na proporção que está acontecendo", comentou Sóstenes.

O parlamentar acrescentou: "CPI na Câmara ou uma CPMI, isso nós precisamos implementar com toda a urgência do mundo, para que não só a gente coíba os erros e a roubalheira contra os aposentados do Brasil, mas em especial para que se criem mecanismos de devolução desse dinheiro o mais rápido possível".

O objetivo da CPI é investigar a participação de agentes públicos no escândalo dos desvios na Previdência, que virou notícia na semana passada depois de uma operação da Polícia Federal. O total desviado de 2019 a 2024, segundo as investigações, pode chegar a R$ 6,3 bilhões.

Na coletiva de imprensa para divulgar o pedido, parlamentares defenderam que o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, peça demissão, para que as investigações ocorram sem interferências dos supostos envolvidos.